



CARTILHA MOBILIDADE URBANA



SECRETARIA NACIONAL DE
MOBILIDADE URBANA

MINISTÉRIO DAS
CIDADES





APRESENTAÇÃO

O Ministério das Cidades, por meio da Secretaria Nacional de Mobilidade Urbana, é parceiro dos gestores públicos na missão de melhorar a qualidade dos deslocamentos das pessoas nas cidades.

A Política Nacional de Mobilidade foi instituída pela Lei 12.587 de 2012. O transporte é um importante instrumento de direcionamento do desenvolvimento urbano das cidades. A mobilidade urbana bem planejada, com sistemas integrados e sustentáveis, garante o acesso dos cidadãos às cidades e proporciona qualidade de vida e desenvolvimento econômico.

Os princípios, as diretrizes e os objetivos, estabelecidos pela Lei, devem orientar a elaboração de normas municipais, além de procedimentos para que os municípios implementem suas políticas e planejamentos em consonância com a União e com os Estados Federados e Distrito Federal.

A Lei 12.587/2012 estabelece os princípios, as diretrizes e os objetivos da Política Nacional de Mobilidade Urbana de forma clara e objetiva, o que facilita a aplicabilidade nos casos concretos referentes ao assunto. A promulgação desta Lei forneceu segurança jurídica para que os municípios adotassem medidas para, por exemplo, priorizar os modos não motorizados e coletivos de transporte em detrimento do transporte individual motorizado.





Princípios

- **Acessibilidade universal**
 - **Desenvolvimento sustentável das cidades, nas dimensões socioeconômicas e ambientais**
 - **Equidade no acesso dos cidadãos ao transporte público coletivo**
 - **Eficiência, eficácia e efetividade na prestação dos serviços de transporte urbano**
 - **Gestão democrática e controle social do planejamento**
- Avaliação da Política Nacional de Mobilidade Urbana**
- **Segurança nos deslocamentos das pessoas**
 - **Justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do uso dos diferentes modos e serviços**
 - **Equidade no uso do espaço público de circulação, vias e logradouros**
 - **Eficiência, eficácia e efetividade na circulação urbana**





Diretrizes

- **Integração com a política de desenvolvimento urbano e respectivas políticas setoriais de habitação, saneamento básico, planejamento e gestão do uso do solo no âmbito dos entes federativos;**
- **Prioridade dos modos de transportes não motorizados sobre os motorizados e dos serviços de transporte público coletivo sobre o transporte individual motorizado;**
- **Integração entre os modos e serviços de transporte urbano;**
- **Mitigação dos custos ambientais, sociais e econômicos dos deslocamentos de pessoas e cargas na cidade;**
- **Incentivo ao desenvolvimento científico-tecnológico e ao uso de energias renováveis e menos poluentes;**
- **Priorização de projetos de transporte público coletivo estruturadores do território e indutores do desenvolvimento urbano integrado;**
- **Integração entre as cidades gêmeas localizadas na faixa de fronteira com outros países sobre a linha divisória internacional.**





Objetivos

- **Reduzir as desigualdades e promover a inclusão social; Promover o acesso aos serviços básicos e equipamentos sociais;**
- **Proporcionar melhoria nas condições urbanas da população no que se refere à acessibilidade e à mobilidade;**
- **Promover o desenvolvimento sustentável com a mitigação dos custos ambientais e socioeconômicos dos deslocamentos de pessoas e cargas nas cidades; e**
- **Consolidar a gestão democrática como instrumento e garantia da construção contínua do aprimoramento da mobilidade urbana.**





ATRIBUIÇÕES DOS ENTES FEDERADOS

União

Além de fomentar a implantação de projetos de mobilidade urbana, é obrigação da União oferecer prestação de assistência técnica e financeira aos demais entes federados. Não é exatamente uma inovação, mas pela primeira vez é detalhada sua atribuição, já que a competência constitucional pela gestão do transporte municipal é local.

Deve prover os municípios de capacitação contínua, apoiar ações coordenadas entre Estados e Municípios, além de disponibilizar um sistema nacional de informações sobre mobilidade urbana. Esses mecanismos denotam o interesse em fortalecer a gestão da mobilidade urbana segundo as competências de cada esfera de governo e de forma a propiciar plena integração entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

A União pode delegar aos entes federativos a organização e prestação de serviço de transporte público coletivo urbano interestadual e internacional.





ATRIBUIÇÕES DOS ENTES FEDERADOS

ESTADOS

São responsáveis por gerir e integrar os aglomerados urbanos e as regiões metropolitanas, além de prestar serviços de transporte coletivo intermunicipal urbano.

A mobilidade urbana das regiões metropolitanas apresenta grandes dificuldades. O principal motivo é a falta de integração na gestão metropolitana.

Os Estados podem delegar aos municípios a organização e a prestação dos serviços de transporte público coletivo intermunicipal de caráter urbano, por meio de consórcio público ou convênio de cooperação. Essa é uma forma de descentralizar a gestão, promovendo o maior envolvimento das localidades em questão.





ATRIBUIÇÕES DOS ENTES FEDERADOS

Municípios e Distrito Federal

Cabe o papel de planejar e executar a política de mobilidade urbana e organizar e prestar os serviços de transporte público coletivo.

Enquanto a Constituição Federal determina que os municípios devem organizar e prestar os serviços públicos de transporte coletivo, a Lei da Mobilidade atribuiu aos municípios o dever de gerir a política de mobilidade urbana e de regulamentar os serviços de transporte urbano.

A competência de capacitar pessoas é compartilhada com a União. Já os Municípios devem promover o desenvolvimento das instituições do setor como forma de fortalecer o sistema de mobilidade urbana.

As atribuições previstas estão vinculadas à disponibilidade financeira. Os entes devem atuar no limite das respectivas leis de diretrizes orçamentárias e leis orçamentárias anuais, além da Lei de Responsabilidade Fiscal.





PLANEJAMENTO E GESTÃO DOS SISTEMAS DE MOBILIDADE

A melhoria no planejamento, na gestão e no monitoramento dos serviços de transporte urbano deve ser um objetivo permanente dos órgãos gestores para que se atinja um alto padrão de mobilidade com um adequado atendimento à população.

Neste aspecto, a Lei define alguns elementos essenciais que devem ser contemplados:

- Definição dos objetivos de curto, médio e longo prazo;
- Identificação dos meios financeiros e institucionais para implantação e execução dos sistemas de mobilidade;
- Avaliação e monitoramento dos objetivos predefinidos;
- Monitoramento, por meio de indicadores, das metas de atendimento e universalização da oferta de transporte público coletivo.





PLANO DE MOBILIDADE URBANA

Os municípios devem planejar e executar a política de mobilidade urbana. Nos locais em que os serviços têm caráter metropolitano, os Estados ou um consórcio de municípios devem planejar a integração dos modos de transporte e serviços. Para isso, devem elaborar conjuntamente estudos e planos integrados de mobilidade urbana.

Um dos principais objetivos da Política Nacional de Mobilidade Urbana é aumentar a participação do transporte coletivo e não motorizado na matriz de deslocamentos da população. Essa política deve integrar o planejamento urbano, transporte e trânsito e observar os princípios de inclusão social e da sustentabilidade ambiental.



O PLANO DE MOBILIDADE URBANA É O INSTRUMENTO DE EFETIVAÇÃO DA POLÍTICA

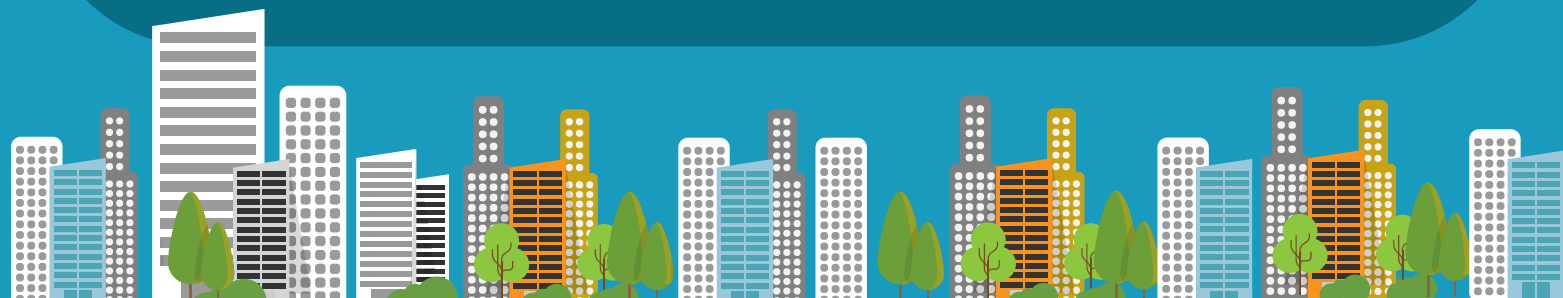
Municípios acima de 20 mil habitantes são obrigados a fazerem seus planos de mobilidade urbana, além de outros:

Os municípios obrigados à elaboração do plano de mobilidade são os mesmos dos obrigados à elaboração do plano diretor. Estes municípios são os relacionados no artigo 41 da Lei 10.257/01 (Estatuto da Cidade).

São incluídas, entre outras, cidades integrantes de regiões metropolitanas, integrantes de áreas de especial interesse turístico e inseridas na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional.

O Plano de Mobilidade Urbana deve colocar em prática os princípios, objetivos e diretrizes da Política Nacional da Mobilidade Urbana.

Um plano de mobilidade efetivo é produto e ferramenta do planejamento sistêmico da mobilidade urbana do município, agrega os instrumentos de promoção da acessibilidade à cidade e os princípios de desenvolvimento sustentável.





Além dos princípios, objetivos e diretrizes da lei, o Plano de Mobilidade deve contemplar:

- I - os serviços de transporte público coletivo;**
- II - a circulação viária;**
- III - as infraestruturas do sistema de mobilidade urbana;**
- IV - a acessibilidade para pessoas com deficiência e restrição de mobilidade;**
- V - a integração dos modos de transporte público e destes com os privados e os não motorizados;**
- VI - a operação e o disciplinamento do transporte de cargas na infraestrutura viária;**
- VII - os polos geradores de viagens;**
- VIII - as áreas de estacionamentos públicos e privados, gratuitos ou onerosos;**
- IX - as áreas e horários de acesso e circulação restrita ou controlada;**
- X - os mecanismos e instrumentos de financiamento do transporte público coletivo e da infraestrutura de mobilidade urbana; e**
- XI - a sistemática de avaliação, revisão e atualização periódica do Plano de Mobilidade Urbana em prazo não superior a 10 (dez) anos.**





Os municípios têm o prazo até abril de 2018 para elaborar os seus planos de mobilidade urbana.

Após esta data, os municípios que não tiverem seus planos não receberão recursos federais destinados à mobilidade urbana.

Ressalta-se que a Lei 12.587/12 prevê que os planos devem ser avaliados, revisados e atualizados no prazo máximo de 10 (dez) anos.

Porém, a cidade deve ser planejada por um prazo maior e os ajustes devem ser periódicos e definidos no próprio plano.





**MINISTÉRIO DAS
CIDADES**

**SECRETARIA NACIONAL DE
MOBILIDADE URBANA**



www.cidades.gov.br

